



Governo do Distrito Federal
Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

ATA - IPREV/CIAR

ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS DO IPREV-DF

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e quinze minutos, de forma híbrida, realizou-se a centésima trigésima quarta Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/IPREV-DF, instituído pelo Decreto nº 46.322/2024 como órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo apoio executivo da Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - do Distrito Federal. A reunião foi coordenada pela Diretora Presidente do Iprev-DF, Raquel Galvão Rodrigues da Silva, e secretariada por mim, Elaine Cristina dos Santos Souto de Sousa, Analista Previdenciário, e por Yara Gomes da Silva Costa, Secretária Executiva dos Conselhos. Houve a participação dos seguintes Membros Representantes do Iprev-DF: Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Ramon Estevão Cordeiro Lima e Thiago Mendes Rodrigues; e dos seguintes Membros Representantes do Governo: Márcio Augusto Almeida Ferreira e Amim Macedo de Queiroz, representantes da Casa Civil do DF. E na condição de convidados: o Chefe de Controladoria, Sr. Maurílio de Freitas; o Diretor de Previdência, Sr. Pedro Henrique Araújo Gabini; o Diretor Jurídico, Sr. Luiz Gustavo Muglia; a Chefe da Unidade de Atuária, Jucelina Santana da Silva. Registre-se que o material compilado apresentado na presente reunião foi inserido no Processo SEI-GDF nº 00413-00000257/2025-21. Havendo quórum legal, a reunião foi declarada aberta pela Coordenadora do Comitê, que, após a leitura da Convocatória, passou para o primeiro item da pauta: **Item I – Apresentação da Conjuntura Econômica (julho/2025)**. Com a palavra, o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimentos, Sr. Ramon Estevão Cordeiro Lima, auxiliado pelo Diretor de Investimentos, Sr. Thiago Mendes Rodrigues, iniciou a apresentação sobre o cenário macroeconômico, estruturando a análise nos contextos internacional e nacional. Iniciou destacando a apreensão do mercado quanto à iminente decisão do governo norte-americano sobre a imposição de uma nova taxa sobre produtos importados, com data limite prevista para a primeira semana de agosto. Relatou que, após participação em evento da XP Investimentos, constatou-se um cenário desafiador, com opiniões divergentes sobre o impacto dessa medida. Observou que, para o Estado de São Paulo, principal motor econômico do país, o efeito seria significativo, com reflexos inevitáveis para as demais regiões. O mercado já precificava como certa a adoção da taxa, visto que não houve sinais de tentativa de reversão da medida. Em seguida, ele abordou a política monetária dos Estados Unidos, informando que FED manteve a taxa de juros no intervalo de 4,25% a 4,50%, patamar considerado elevado e que visava reancorar a inflação à meta de 2,5%. O índice de inflação acumulada (CPI) registrou 2,7%, abaixo da expectativa de 3%, porém ainda distante da meta. Destacou que, desde julho de 2023, a inflação americana não convergia para o alvo, e a percepção no mercado era de que o país teria que conviver com uma inflação persistentemente elevada. Complementando a análise, o Conselheiro Márcio Augusto ressaltou que a situação tendia a se agravar, uma vez que a taxa sobre importações, somada às restrições à mão de obra imigrante, importante fonte de trabalho de baixo custo, pressionaria ainda mais o custo de vida. Novamente com a palavra, Ramon explicou que, ao analisar a curva de juros dos títulos públicos americanos, se observava uma acomodação, com os papéis de prazos mais curtos remunerando a taxas inferiores às de prazos mais longos, comportamento esperado diante da percepção de menor risco no curto prazo. A expectativa era de manutenção deste cenário, com os títulos mais longos oferecendo taxas próximas a 4,95%, e os mais curtos oscilando entre 3,50% e 4,00%. Utilizando a ferramenta CME FedWatch Tool, detalhou as probabilidades de manutenção ou alteração da taxa de juros

americana. Para a reunião de 30 de julho, a manutenção era considerada praticamente certa, com 95,3% de probabilidade. Para setembro, a expectativa de corte era superior a 57%, alertando, porém, que essas projeções vinham sendo sucessivamente postergadas ao longo do ano, em função da resiliência da inflação. Sobre os mercados de capitais, o Sr. Ramon informou que o índice S&P 500 index, após uma queda expressiva em abril, recuperou-se gradualmente, encerrando junho em 6.204,95 pontos e sendo negociado, no momento da reunião, em torno de 6.379 pontos; com DXY em 96 pontos, demonstrando que o investidor americano está com apetite ao risco. Explicou que o movimento refletia a elevada sensibilidade do mercado às incertezas sobre a taxa. No cenário nacional, o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimentos apresentou dados do Relatório Focus, destacando como fator positivo a projeção do IPCA em 5,09% para o final de 2025 e 4,44% para 2026. As projeções para a taxa Selic indicavam 15% em 2025, 12,50% em 2026 e 10,50% em 2027. A partir desses números, o Chefe da AESIN trouxe ao Comitê uma reflexão estratégica: o risco de, em 2026, ano eleitoral, o governo adotar políticas expansionistas que pressionem a inflação, fazendo com que essa ultrapasse a projeção de 4,44%. Diante deste cenário, sugeriu avaliar a pertinência de o Fundo Solidário Garantidor (FSG), atualmente concentrado em CDI, começar a se posicionar de forma a proteger-se de uma eventual alta inflacionária ou de uma queda forçada da Selic. O Sr. Márcio questionou se os especialistas ouvidos no evento da XP haviam sugerido alguma estratégia concreta. Ramon esclareceu que as opiniões foram divergentes e que as considerações expostas tratavam-se de uma análise pessoal. Prosseguindo, expôs a complexidade do dilema estratégico: fundos atrelados ao IMA-B 5 apresentavam um retorno de aproximadamente 6%, muito próximo ao limite da meta atuarial do FSG, o que representaria um risco de não atingimento. Esclareceu, porém, que manter a carteira em CDI expunha o Fundo à vulnerabilidade de uma possível redução da Selic, enquanto a inflação permanecia elevada. A respeito da inflação corrente, informou que o acumulado em 12 meses atingiu 5,35%. Embora o índice de junho (0,24%) tenha vindo abaixo do consenso, o resultado elevado de fevereiro (1,31%) continuava a influenciar negativamente o acumulado do ano de inflação; resultando em 5,35% no acumulado de 12 meses. O Sr. Márcio Augusto manifestou preocupação de que eventuais medidas de retaliação do Brasil às tarifas americanas pudessem agravar, ainda mais, a inflação doméstica. Como oportunidade, o Sr. Ramon destacou o rendimento das NTN-Bs de vencimento mais curto, em especial a NTN-B 2027, com taxa nominal próxima a 8,81%, acrescentando a inflação à conta. Em resposta ao Sr. Márcio Augusto, que indagou sobre a oferta e a liquidez desses ativos, o Sr. Ramon confirmou a existência de disponibilidade no mercado, explicando que muitos investidores haviam migrado para títulos prefixados, que ofereciam remuneração em torno de 14,87%. Argumentou que travar a carteira em uma NTN-B de curto prazo garantiria o cumprimento da meta e protegeria o fundo das oscilações da Selic, embora com a desvantagem de reduzir a liquidez, para o Fundo Solidário Garantidor. Em relação às NTN-Bs longas (vencimento 2050), informou que a taxa, que era de 7,51% no início do ano, apresentou recente trajetória de alta, sendo negociada a 7,27%. Segundo ele, esse movimento reforçava sua recomendação de reduzir a exposição a esses títulos e buscar alternativas de menor prazo ou fundos de alocação dinâmica. Ao analisar o desempenho do Ibovespa, reforçou a sua alta volatilidade. O índice, que ao final de junho estava em 138.855 pontos, já havia recuado para aproximadamente 131.000 pontos no momento da reunião, devolvendo parte expressiva dos ganhos acumulados no ano. Destacou que, embora a entrada de capital externo tenha impulsionado o índice em junho, essa volatilidade representava um risco elevado para o FSG, cuja meta era anual. Finalizando, ele abordou a recente elevação da taxa Selic para 15%, ressaltando a sinalização do Banco Central de que o ciclo de alta foi encerrado e a taxa deveria permanecer nesse nível. No entanto, alertou para o embate entre a necessidade de controle inflacionário e as pressões políticas por uma redução da taxa em um cenário pré-eleitoral, reforçando a necessidade de um balanceamento criterioso da carteira dos Fundos. Analisou ainda o Risco vs o Retorno dos principais índices de mercado. Não havendo manifestações de dúvidas, o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimentos prosseguiu para a apresentação do **item II – Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos (junho/2025)**. Iniciou a apresentação pelo Fundo Solidário Garantidor (FSG), que encerrou o mês com um patrimônio de cerca de R\$ 4,3 bilhões (quatro bilhões e trezentos milhões de reais) e uma rentabilidade de R\$ 40.623.176,94 (quarenta milhões, seiscentos e vinte e três mil cento e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos) no período. Destacou-se o desempenho positivo dos Fundos de renda variável, como os referenciados no Ibovespa, que acumulou ganhos de R\$ 14 milhões (catorze milhões de reais) no ano, e dos fundos de pré-fixados (IRF-M1), que renderam R\$ 44 milhões (quarenta e quatro milhões de reais), movimento atribuído à antecipação do mercado em relação a uma possível queda da taxa Selic em 2026. Segundo o Sr. Ramon, a principal contribuição para a rentabilidade, entretanto, veio da alocação em CDI, que, com um montante de cerca de

R\$ 1,1 bilhão (um bilhão e cem milhões de reais), gerou um retorno de R\$ 60 milhões (sessenta milhões de reais) no período. Em relação à alocação, informou sobre a redução da exposição a títulos públicos marcados a mercado, que passou de 13% (treze por cento) para cerca de 5% (cinco por cento) da carteira. A estratégia visou diminuir a volatilidade e proteger o patrimônio, mesmo que isso tenha significado abrir mão de um ganho potencial de 18% (dezoito por cento) a 19% (dezenove por cento) que esses títulos teriam gerado. A carteira de títulos públicos passou a ser composta majoritariamente por papéis marcados na curva, que, apesar de ter que carregá-los até o vencimento, oferecem proteção contra a inflação. Segundo a análise do Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimentos, a maior parte da carteira de fundos possui classificação de liquidez "alta" ou "muito alta". Entre as operações do mês, ele destacou a realocação de R\$ 20 milhões (vinte milhões de reais) do fundo BB Global Select Equity Investimentos no Exterior FI Multimercado, CNPJ: 17.413.636/0001-68, para um fundo referenciado ao CDI do Bradesco Premium RF ref. DI, CNPJ: 03.399.411/0001-90, justificada pela incerteza no cenário de investimentos no exterior no curto prazo e pela atratividade da taxa de 15% (quinze por cento) ao ano oferecida pelo CDI. Durante a apresentação, a Presidente do Comitê, Sra. Raquel Galvão, questionou sobre uma aparente redução de aproximadamente R\$ 100 milhões (cem milhões de reais) no valor do FSG em relação ao mês anterior. O Sr. Ramon explicou que a diminuição foi resultado de uma reavaliação de cotas do Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas (FIP), que ajustou para baixo o valor de seus ativos, impactando diretamente o patrimônio do Iprev-DF. A Sra. Raquel expressou grande preocupação, afirmando que uma perda patrimonial dessa magnitude, equivalente a dois meses de rendimentos, seria de difícil justificativa perante os Conselhos, e declarou que, diante do ocorrido, votaria contra futuras prorrogações de prazo para o referido FIP. O Diretor de Investimentos, Sr. Thiago Mendes Rodrigues, esclareceu que a reavaliação de cotas é um procedimento recorrente em fundos de participação, cujo valor dos ativos só se torna definitivo no momento da alienação, e que, no histórico geral, o fundo já havia gerado retorno positivo. Ainda assim, a Presidente reforçou que, em sua visão, se os ativos remanescentes são de difícil liquidação, não haveria razão para estender o prazo, solicitando um estudo detalhado para a próxima reunião, explicando as causas e os valores exatos que levaram à queda patrimonial. Ao final da análise do FSG, foi informado que a rentabilidade acumulada no ano atingiu 6,57% (seis inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), superando a meta de 3,56% (três inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), o que gerou uma margem ("gordura") para o segundo semestre, que se projeta mais desafiador; com rentabilidade nominal, até o momento de R\$ 269.573.353,34 (duzentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e setenta e três mil trezentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos). A Sra. Raquel ponderou que, apesar do bom resultado, o patrimônio do Fundo é um recurso essencial para o GDF e que a busca por sua maximização deve ser constante. Ao tratar do Fundo Capitalizado (FC), o Sr. Ramon detalhou que o fundo acumulou rentabilidade de R\$ 93.880.835,60 (noventa e três milhões, oitocentos e oitenta mil oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) no ano, impulsionada, principalmente, pela carteira de Títulos Públicos de longo prazo, com rentabilidade em junho de R\$ 12.292.415,94 (doze milhões, duzentos e noventa e dois mil quatrocentos e quinze reais e noventa e quatro centavos). Informou que o patrimônio total do fundo atingiu R\$ 1,7 bilhão (um bilhão e setecentos milhões de reais), com a expectativa de alcançar R\$ 2 bilhões (dois bilhões de reais) até o final de 2025. Explicou que a rentabilidade acumulada foi de 6,28% (seis inteiros e vinte e oito centésimos por cento), superando a meta de 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento). Em seguida, esclareceu que a gestão vinha mantendo um percentual relevante em CDI para auxiliar no cumprimento da meta, que era mais desafiadora neste Fundo. Em complemento, o Sr. Thiago Mendes observou que, com essa estratégia, a alocação em CDI se tornou muito forte em ambos os fundos. O Diretor de Investimentos acrescentou que a gestão realizava realocações táticas entre diferentes fundos DI para otimizar os retornos e evitar uma postura passiva na gestão. Ressaltou que, no volume de R\$ 1,1 bilhão (um bilhão e cem milhões de reais) aplicado, pequenas diferenças de performance podem gerar ganhos de R\$ 1 milhão (um milhão) a R\$ 2 milhões (dois milhões) por mês. Em complemento, o Sr. Ramon ressaltou a importância de que essas movimentações e suas justificativas sejam levadas para deliberação no CIAR, conforme orientação do Tribunal de Contas, e sugeriu que a próxima política de investimentos detalhe não apenas os benchmarks, mas também as instituições financeiras envolvidas. A Sra. Raquel aprofundou o debate, destacando a necessidade de analisar a estrutura de cada fundo DI para diferenciar aqueles com maior ou menor exposição a crédito privado, e alertou que, em um cenário de possível queda da Selic, este segmento sofreria impactos relevantes. O Sr. Ramon concordou e afirmou que a gestão já realiza essa análise internamente, mas que passará a trazer a discussão de forma mais aprofundada ao Comitê, de modo a embasar as decisões não apenas na rentabilidade passada, mas também nas perspectivas futuras de

cada ativo. A Sra. Raquel exemplificou que um fundo DI composto por crédito privado estará sujeito a oscilações diferentes de um fundo composto apenas por títulos públicos, citando que eventos como as crises recentes de grandes varejistas (Magalu, Havan e Americanas) influenciam diretamente o risco desses produtos. Em complemento, Ramon analisou que, apesar do spread sobre o CDI ter aumentado nos momentos de crise, como no caso da Americanas, essa diferença vem diminuindo gradualmente. Ele também sugeriu que a realocação de recursos entre fundos DI, mesmo dentro da mesma classe de ativos, fosse discutida no CIAR, estendendo a necessidade de diálogo também para os processos de credenciamento. O Sr. Thiago Mendes complementou, ressaltando a importância de garantir a isonomia no debate sobre exposição a fundos com crédito privado, de modo que, caso se convidasse uma instituição para o debate – conforme sugerido –, todas as concorrentes credenciadas na classe do ativo também deveriam ser convidadas. Sobre a distribuição da carteira, o Sr. Ramon informou que a maior parte dos recursos estava alocada em títulos públicos, sendo que a gestão tem priorizado a marcação na curva para reduzir volatilidade e proteger o patrimônio contra a inflação. Ele também mencionou um pedido anterior para detalhar a quantidade de títulos por vencimento, o que será incluído nos próximos relatórios, conforme solicitado pelo Conselho Fiscal. Em relação à liquidez, ele reiterou que a maior parte dos fundos possui classificação "alta" ou "muito alta". Destacou as realocações realizadas recentemente, como a movimentação de recursos do BB Global para fundos referenciados ao CDI no Bradesco, e a aplicação de valores arrecadados via BB em fundos que permitem aplicação pós-horário, de modo a evitar a perda de rentabilidade diária. Por fim, ele informou que, além das realocações entre fundos DI, foram adquiridos títulos públicos (NTN-Bs) com vencimentos entre 2026 e 2050, com vistas a manter a exposição ao longo prazo e garantir proteção contra a inflação. A expectativa era de que o Fundo Capitalizado atinja R\$ 2 bilhões (dois bilhões de reais) em patrimônio até o final do ano. A rentabilidade acumulada até junho foi de R\$ 93,8 milhões (noventa e três milhões e oitocentos mil reais), superando a meta de 5,65% (cinco inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento). Em **Apresentação e deliberação da Estratégia de Investimentos para Agosto/2025, item III** da pauta, o Sr. Ramon apresentou, inicialmente, as propostas para o Fundo Solidário Garantidor (FSG), e após discussões foram votadas: A primeira estratégia proposta foi a venda de até R\$ 150 milhões (cento e cinquenta milhões de reais) em títulos públicos de vencimento longo, com o objetivo de reduzir a volatilidade da carteira. Os recursos provenientes dessa operação seriam realocados em títulos públicos com vencimento até 2028, em títulos pré-fixados (IRF-M1) e em fundos de alocação dinâmica, aproveitando o cenário de prêmios mais atrativos nesses ativos. Em seguida, foi proposta a realocação de R\$ 100 milhões (cem milhões de reais) de fundos referenciados ao CDI para fundos de alocação dinâmica. Ele justificou que, apesar de o CDI ainda apresentar melhor retorno no curto prazo, a estratégia visa antecipar um movimento de queda da taxa Selic, no qual a alocação dinâmica tende a proporcionar ganhos superiores. A Coordenadora do CIAR ponderou sobre essa proposta, destacando a preocupação com o cumprimento da meta atuarial do Fundo no exercício corrente, ressaltando que restam apenas cinco meses para o encerramento do ano e que, até o momento, não há indicações concretas de redução da Selic até dezembro. O Sr. Ramon contrapôs afirmando que o mercado costuma antecipar os ciclos econômicos e que a realocação deve ser feita com antecedência para capturar as oportunidades de ganho. A terceira proposta para o FSG foi a realocação de R\$ 100 milhões (cem milhões de reais) de fundos atrelados ao IMA-B5 para títulos públicos com vencimento até 2028. Durante o debate, o Sr. Thiago Mendes, Diretor de Investimentos, esclareceu que essa operação contemplaria exclusivamente os fundos IMA-B5, que operam títulos públicos com vencimento até cinco anos. Durante a discussão, a Sra. Raquel alertou sobre a necessidade de considerar os resgates previstos para os próximos meses, estimados entre R\$ 100 milhões (cem milhões de reais) e R\$ 120 milhões (cento e vinte milhões de reais), e o Diretor de Investimentos complementou, afirmando que tais movimentações impactavam a gestão de liquidez e exigiam que a carteira estivesse adequadamente estruturada, previamente. Após os esclarecimentos, os três mandatos propostos para o Fundo Solidário Garantidor foram aprovados por unanimidade. Por fim, e após discussões, foi votado o quarto mandato de realocação de Fundos de Investimentos no Exterior e/ou BDRs para fundos de alocação dinâmica ou compra de Títulos Públicos Federais (NTNBS) com vencimento até 2028; totalizando quatro determinações para o Fundo Solidário Garantidor. Na sequência, Ramon apresentou as propostas para o Fundo Capitalizado (FC), que, após reavaliação, foram de compra de R\$ 90 milhões (noventa milhões de reais) em títulos públicos com vencimento até 2050 com realocação do CDI; 40 milhões (quarenta milhões de reais) de Fundos atrelados ao IMA-B5 para títulos pré-fixados ou títulos públicos até 2050; realocação de IBOVESPA/SMALL para CDI/Pré-fixados (IRF/IRF-M1/IDKA PRÉ)/Alocação Dinâmica de R\$ 10 (milhões); e Realocação de FIE/BDR para Alocação Dinâmica e TPFs até 2050 de R\$ 10 (dez) milhões. O Sr. Márcio Augusto trouxe à discussão os impactos das incertezas do

cenário externo, sugerindo a realização de uma reunião extraordinária para reavaliar as estratégias. A proposta foi acolhida por todos, sendo agendada uma reunião extraordinária para o dia 07 de agosto, às 15h. Na sequência, o Sr. Márcio questionou a estratégia em relação aos fundos de investimento no exterior (BDR e FIE). Após debate sobre a importância desses ativos como proteção cambial e a impossibilidade regulatória de se criar um mandato aberto, o colegiado decidiu criar um novo mandato, com valor específico, para permitir o investimento nesses ativos, rebalanceando os valores dos outros mandatos para viabilizar essa nova alocação sem ultrapassar o limite de alçada do Comitê. Com os ajustes discutidos, os mandatos para o Fundo Capitalizado foram aprovados por unanimidade. Seguidamente, em pauta o **item IV: Apresentação de relatório de análise comparativa - junho/2025**: Outra vez com a palavra, o Sr. Ramon Estevão Cordeiro Lima apresentou o relatório de análise comparativa dos resultados dos fundos previdenciários do Iprev-DF, com dados consolidados até junho de 2025. Ele iniciou a análise comparando os dois principais fundos, o Fundo Solidário Garantidor (FSG) e o Fundo Capitalizado (FC). Explicou que a rentabilidade acumulada do FSG no ano, de 6,57% (seis inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), foi superior à do Fundo Capitalizado, que atingiu 6,28% (seis inteiros e vinte e oito centésimos por cento). Atribuiu essa diferença ao maior nível de risco assumido na carteira do FSG, que possui uma alocação mais expressiva em Fundos de Investimento em Participações (FIPs), renda variável e ativos no exterior. Ele recordou aos membros que, em períodos anteriores, o FSG apresentava elevada volatilidade, com meses de ganhos expressivos seguidos de perdas subsequentes. Nesse sentido, esclareceu que o trabalho da gestão tem se concentrado em reduzir essa volatilidade, o que, por consequência, também tende a moderar o potencial de rentabilidade do fundo. Para o Fundo Capitalizado, ele informou que a estratégia tem sido mais conservadora, priorizando a alocação em títulos públicos marcados na curva ou mantendo recursos alocados em CDI, conforme a conjuntura de mercado. Ele justificou essa abordagem pela necessidade de acompanhar a meta atuarial do fundo. Em seguida, apresentou os resultados dos demais fundos, informando que, até junho de 2025, o Fundo Financeiro (FF) apresentou resultado acumulado de R\$ 7.450.579,06 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e seis centavos), enquanto o Fundo Administrativo (FA) obteve retorno de R\$ 925.981,98 (novecentos e vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos) no mesmo período. Não havendo questionamentos, o apresentador encerrou o tópico. No **item V: Prorrogação do Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP ME II**, o Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimentos iniciou a apresentação relacionando o tema à discussão anterior sobre a reavaliação de cotas que impactou o patrimônio do FSG. Informou que o valor total de aquisição dos ativos do fundo foi de R\$ 318.757.726,03 (trezentos e dezoito milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e seis reais e três centavos), e que, após provisionamentos e reavaliações, o valor atual da carteira é de R\$ 371.524.027,42 (trezentos e setenta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, vinte e sete reais e quarenta e dois centavos), refletindo um ganho desde o aporte inicial, realizado há aproximadamente sete anos. Ele ressaltou, contudo, a necessidade de apurar de forma mais detalhada a reavaliação recente de cotas patrimoniais. Em seguida, informou que, em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 13 de junho de 2025, foi aprovada a segunda prorrogação do prazo de duração do fundo por mais um ano, com término previsto para 12 de junho de 2026. Esclareceu que a prorrogação foi motivada pela dificuldade do gestor em alienar os ativos remanescentes da carteira. Como encaminhamento, ficou definido que a área técnica realizará uma reunião preliminar com o gestor para obter esclarecimentos sobre a reavaliação das cotas e a estratégia de desinvestimento. Os resultados dessa conversa serão apresentados na próxima reunião extraordinária. Caso as explicações sejam insuficientes, será avaliada a necessidade de convocar o gestor para prestar esclarecimentos diretamente ao Comitê. O colegiado tomou ciência das informações e anuiu com o encaminhamento proposto. Na sequência, no **item VI: Leitura e deliberação da errata relativa à ata da 117ª Reunião Ordinária**, foi submetida à apreciação do colegiado a proposta de errata relativa à ata da 117ª Reunião Ordinária. A Coordenadora do Comitê, Sra. Raquel Galvão, informou que a nova redação havia sido previamente encaminhada aos membros para análise, via WhatsApp. A errata visava corrigir o registro de uma discussão ocorrida na referida reunião, ajustando a descrição das manifestações do Diretor de Investimentos, Sr. Thiago Mendes Rodrigues, sobre sua abstenção de voto, bem como as ponderações dos demais membros sobre o tema. A Sra. Raquel consultou os membros presentes, que manifestaram concordância com o texto proposto, não havendo objeções à sua aprovação. Diante do consenso, a errata foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Coordenadora prestou esclarecimentos sobre os procedimentos formais, informando que a errata aprovada não alterará o texto original da ata da 117ª Reunião, mas será anexada ao processo e arquivada junto ao documento original. Comunicou ainda que o

documento seria preparado e disponibilizado para a coleta das assinaturas dos membros. Por fim, no **item VII: Informes Gerais**, a discussão iniciou-se com o Sr. Ramon Estevão Cordeiro Lima demonstrando as informações sobre o FIP Tarpon Oportunidades Privadas, com valores, principais ativos e valores mínimos, conforme discutido na sexta reunião extraordinária, informando que não houve edital credenciamento de FIP para 2025. Em complemento, a Coordenadora do Comitê, Sra. Raquel Galvão, reforçou a visão de que os FIPs, de modo geral, eram uma modalidade de investimento considerada "engessada" e lembrou o histórico desfavorável do Instituto com essa classe de ativos, o que exigia cautela na análise de novas alocações. O Diretor de Investimentos, Sr. Thiago Mendes, ponderou que a rentabilidade negativa observada em alguns FIPs da carteira decorria do processo natural de desinvestimento, no qual os ativos mais líquidos já haviam sido alienados, restando os de maior complexidade. Ressaltou que esse efeito contábil não refletia, necessariamente, mau desempenho dos fundos. Reiterou ainda sua visão favorável à tese de investimento em FIPs, especialmente pelo potencial de geração de alfa. Em seguida, o Sr. Ramon relatou sobre o encontro com os gestores do FII Rio Bravo, XP Expert, informando que obteve esclarecimentos de que o fundo não está utilizando o principal em caixa para pagar os rendimentos aos cotistas e está à procura de novo imóveis para compor a carteira. Detalhou também a bem-sucedida estratégia de readequação do fundo, que migrou de um portfólio concentrado em agências bancárias para um perfil diversificado, com imóveis dos setores de varejo e educação. Ainda no contexto da carteira do Instituto, o Diretor de Investimentos comunicou que, segundo percepção geral no mercado, o Iprev-DF não possuía, naquele momento, Fundos classificados como "estressados". Informou que o único Fundo que apresentava dificuldades era o Sia Corporate FIP, pontuando que havia sido informado que a gestora Graphen, responsável pela reestruturação bem-sucedida do FIP Paraná, assumirá formalmente a sua gestão, o que gerava expectativas positivas quanto à recuperação do ativo. Ressaltou-se a necessidade de atualização documental junto à nova gestora para regularizar formalmente sua atuação. Em seguida, retomando a palavra, a Diretora-Presidente comunicou aos membros sobre a oportunidade de participação no congresso promovido pela ABIPEM, destinado a conselheiros e membros do comitê de investimento, a ser realizado de 10 a 12 de dezembro em Recife-PE. Os membros Amim e Márcio manifestaram interesse em concorrer à vaga. Como encaminhamento, a Presidente informou que os nomes seriam registrados para posterior consulta à área financeira do Instituto a fim de verificar a viabilidade da participação. Na sequência, foi acolhida a sugestão apresentada pelo membro Amin, para que no próximo ano seja planejada a participação de ao menos dois membros do Comitê no evento da XP Investimentos, sendo ressaltada a importância da iniciativa para agregar conhecimento e promover a interação com gestores. Também foram feitos alinhamentos de agenda, sendo confirmada a realização de uma reunião técnica entre os membros Márcio Augusto e Amin para dar andamento aos trabalhos de elaboração do novo quadro de análise comparativa. Por fim, não havendo quaisquer outros assuntos a tratar, e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, a sessão foi encerrada às dezessete horas e quinze minutos, e eu, Elaine Cristina dos Santos S. de Sousa, Analista Previdenciário, atuante na Secretaria Executiva dos Conselhos, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será disponibilizada no Processo SEI-GDF nº 00413-00000257/2025-21, para ser assinada eletronicamente pelos Membros presentes na reunião e publicada no site oficial do IPREV-DF.



Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MENDES RODRIGUES - Matr.0283130-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 26/08/2025, às 10:35, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO AUGUSTO ALMEIDA FERREIRA - Matr.1715949-0, Membro do Comitê de Análise de Risco suplente**, em 26/08/2025, às 10:39, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAMON ESTEVÃO CORDEIRO LIMA - Matr.0273315-3, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 26/08/2025, às 11:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **AMIM MACEDO QUEIROZ - Matr.0174680-4, Membro do Comitê de Análise de Risco suplente**, em 26/08/2025, às 18:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL GALVAO RODRIGUES DA SILVA - Matr.0283987-3, Coordenador(a) do Comitê de Análise de Risco**, em 27/08/2025, às 14:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=177407244)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=177407244)
[verificador= 177407244](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=177407244) código CRC= **8F7A95EE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SCS QUADRA 09 EDIFÍCIO PARQUE CIDADE CORPORATE - TORRE B - 1º ANDAR - Bairro Asa Sul - CEP -
Telefone(s):
Site - www.iprev.df.gov.br

00413-00000257/2025-21

Doc. SEI/GDF 177407244